

BOLETIM 134

Brasília, 2 de maio de 2016

FETICOM-SP: mais uma conquista para os trabalhadores depois de muita mobilização

Cerca de 800 mil trabalhadores da construção e do mobiliário do Estado de São Paulo, do interior e da capital, obtiveram mais uma conquista importante após muitos dias de luta, mobilização e até uma paralisação de três dias: conseguiram 9,83% de reajuste salarial no acordo coletivo celebrado com os patrões, através do SINDUSCON-SP, índice que incide sobre todos os demais itens econômicos da convenção coletiva de trabalho firmada a partir de 1º de maio, data-base da categoria.

A FETICOM-SP, filiada à CONTRICOM, sob a presidência do companheiro Ademar Rangel da Silva, esteve à frente de todas as negociações e da intensa mobilização que resultou no acordo.

Esse reajuste atinge todos os operários que ganham até R\$ 7 mil. Já os que recebem acima desse teto contarão com valor fixo de R\$ 688,10.

Houve um avanço também nos pisos salariais da categoria. Os trabalhadores não qualificados passaram a receber um piso de R\$ 1.362,55; os qualificados, de R\$ 1.657,53; e os do segmento de montagem industrial, de R\$ 1.986,23.



O presidente da FETICOM-SP, Ademar Rangel da Silva (à esquerda), ladeado pela secretária do STICM de Limeira, Luma Fontana, e do diretor da CONTRICOM, Jairo José da Silva, também secretário da FETICOM-SP, é recebido pelo presidente Mazinho na sede da entidade, em Brasília

A FETICOM-SP obteve também uma mudança no critério de pagamento do vale-receberá um crédito mensal no valor de R\$ 275,00 para sua alimentação.

Segundo o presidente Rangel, “essas conquistas só foram possíveis graças à intensa mobilização de nossos trabalhadores, que confiaram na direção sindical e chegaram a fazer uma greve de três dias”.

O dirigente sindical entende que “saímos mais fortalecidos, a Federação e os sindicatos, para prosseguirmos a luta em defesa dos direitos e das conquistas de nossa categoria”. Rangel ressaltou ainda que “a vitória foi mais expressiva se considerarmos o momento difícil que o país atravessa e o desemprego que atinge a todos, principalmente o setor da construção”.



Algumas imagens da mobilização dos trabalhadores da construção e do mobiliário do Estado de São Paulo durante os três dias de paralisação da categoria

CONTRICOM solidária à luta da categoria em SP

O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, que recebeu, nesta quarta (1^º), na sede da entidade em Brasília, o presidente da FETICOM-SP, afirmou que “a CONTRICOM esteve solidária o tempo todo com a luta dos companheiros de São Paulo, que chegaram a mais essa conquista depois de muita mobilização”.

O presidente da CONTRICOM destacou que “não é fácil conseguir o que a categoria em São Paulo conseguiu em meio a uma grave crise de recessão e desemprego” e ressaltou “o importante papel que a FETICOM-SP teve, através do companheiro Rangel, na condução das negociações e das intensas mobilizações, inclusive a paralisação”.

Segundo Mazinho, a CONTRICOM “continua exercendo seu papel de apoio à luta da categoria em todo país, principalmente nesse momento de crise, em que o desemprego e o arrocho salarial atingem tantos trabalhadores”.

O companheiro Jairo José da Silva, da diretoria da CONTRICOM e secretário da FETICOM-SP, também resgatou a conquista obtida no Estado de São Paulo, “que continua sendo uma referência para todo país”, depois de “muito trabalho e organização que envolveu nossos sindicatos e trabalhadores nas diversas regiões do Estado”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Economia brasileira tem retração de 0,3% no primeiro trimestre de 2016

O Produto Interno Bruto (PIB) – soma de todos os bens e serviços produzidos no país – fechou o primeiro trimestre do ano em queda de 0,3% na série sem ajuste sazonal, somando R\$ 1,47 trilhão em valores correntes. O resultado é a quinta queda consecutiva nesta base de comparação.

No ano passado, o PIB havia fechado em queda de 3,8%, a maior desde o início da série histórica, que começou em 1996. Os dados relativos aos três primeiros meses da economia brasileira foram divulgados hoje (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indicam que, na comparação com o mesmo período do ano passado, acumulou queda de 5,4%, a oitava queda consecutiva nesse tipo de comparação.

A queda do PIB no primeiro trimestre reflete retrações em praticamente todos os setores da economia, com destaque para Formação Bruta de Capital Fixo (investimento em bens de capital), com queda de 2,7%, na comparação com o trimestre anterior. Em seguida vem a indústria com -1,2%, a agropecuária com -0,3 e serviços com queda de 0,2%. Por sua vez, o consumo das famílias fechou com retração de 1,7%. A exceção foi o consumo do governo que fechou positivo em 1,1%.

Setores - A maior contribuição para a queda de 1,2% no setor industrial veio da indústria extrativa mineral, com retração de 1,1%, enquanto a indústria de transformação recuou

0,3% e fechou o período com o sexto resultado trimestral negativo consecutivo. Na construção, houve queda de 1%. Já nas atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana houve crescimento de 1,9%.

Em relação às despesas, o recuo de 2,7% na formação bruta de capital fixo é o décimo consecutivo nesta base de comparação. Já a despesa de consumo das famílias (-1,7%) caiu pelo quinto trimestre seguido.

No setor de serviços, a retração de 0,2% reflete o comportamento negativo do comércio (-1%), de intermediação financeira e seguros (-0,8%) e dos serviços de informação (-0,7%), justamente os que apresentaram as maiores quedas em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No que se refere ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram expansão de 6,5%, enquanto que as importações de bens e serviços recuaram 5,6%.

Fonte: Agência Brasil

Ministro diz que Conselho Nacional do Trabalho será espaço para discutir a modernização do contrato de trabalho

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou nesta quarta-feira (1) que irá potencializar o espaço de diálogo que já existe no Ministério, como mecanismo de consenso para aperfeiçoar as relações entre empregadores e



Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira

trabalhadores. Em visita à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o ministro ressaltou que o fortalecimento das negociações tripartites ocorrerá no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), colegiado que faz parte da estrutura da pasta.

Ronaldo disse aos parlamentares que uma das propostas prioritárias para equilibrar essas relações é a modernização no modelo de contrato de trabalho. “O problema não é a CLT, mas as lacunas que existem e que dão margem para várias controvérsias”, afirmou, observando que há novas realidades que devem ser consideradas. “Tenho notado que as Centrais Sindicais têm a consciência da necessidade dessa reformulação para trazer segurança jurídica, tanto ao empregador, como para o trabalhador, contemplando o que não está previsto, dando

margem à fragilidade desses contratos”, enfatizou.

Temas como livre negociação, com prevalência no acordado sobre o legislado, e normas para contratação de serviços especializados foram mencionados pelo ministro como pontos onde o Ministério busca convergência, em conversações que já ocorrem com empregadores e trabalhadores. “As centrais reconhecem a importância do diálogo. Estou convencido que os trabalhadores irão surpreender o Brasil, com propostas de modernização e aperfeiçoamento”, evidenciou.

Ronaldo assegurou aos membros da Comissão de Trabalho que seu esforço visa reverter a curva do desemprego e retomar a empregabilidade no país. Para o presidente da Comissão, Wolney Queiroz Maciel (PDT/PE), a visita do ministro demonstrou boa vontade em dialogar com o Congresso, prestigiando o trabalho dos parlamentares. Deputados de vários partidos, que representam as bancadas dos trabalhadores e dos empresários, participaram do encontro.

Fonte: MT

Relator pede cassação de Eduardo Cunha

O relator do processo contra o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no Conselho de Ética, Marcos Rogério (DEM-RO), pediu a cassação do presidente afastado da Casa.

A leitura do parecer sobre a denúncia de quebra de decoro parlamentar contra Cunha durou mais de três horas. Para Marcos Rogério, Cunha usou as contas na Suíça para receber



recursos de propinas provenientes de contratos com a Petrobras.

A defesa de Eduardo Cunha, o advogado Marcelo Nobre, argumentou que o patrimônio identificado como sendo do deputado na Suíça não é uma conta, mas um trust - uma modalidade de contrato onde o titular não seria o deputado, por isso ele não teria obrigação de declarar ao imposto de renda.

Fonte: Portal EBC

Senador defende recriação da pasta da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou a elaboração de documento, pelos participantes de audiência pública no Senado sobre a Previdência Social, cobrando do governo interino a recriação do Ministério da Previdência Social, pasta que foi incorporada ao Ministério da Fazenda. Paim voltou a afirmar que a Previdência não precisa de reforma. Para ele, o que é necessário aperfeiçoar é a arrecadação do Estado, pondo fim às desonerações, isenções, desvinculações e renúncias fiscais.

- Todo mundo sabe a vergonha que é a sonegação, o desvio, a não arrecadação. Se falou ontem lá [na audiência pública] em 500 bilhões de reais só em sonegação. Quem tem que pagar, não paga e aí cobra-se do trabalhador, dizendo que tem que fazer uma reforma, inclusive aumentando as contribuições e aumentando a idade mínima para [para a aposentadoria] para 65 anos - protestou o senador.

Paulo Paim informou ainda que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência vai

elaborar uma carta aberta aos brasileiros abordando temas como o desmonte da Previdência; a violência contra as mulheres; a prevalência de negociações coletivas de trabalho sobre a legislação trabalhista; a terceirização; o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho; e o trabalho escravo.

Esses assuntos, acrescentou o senador, também serão discutidos em todo o país.

Paim disse ainda estar preocupado com os trabalhadores rurais, categoria que poderá ser a mais prejudicada se um projeto de reforma previdenciária desvinculando as aposentadorias rurais do salário-mínimo realmente for aprovado.

Fonte: Agência Senado

Pimentel decide reanalisar projeto que trata da melhoria no ambiente de trabalho

O relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 220/2014, senador José Pimentel (PT-CE), decidiu retirar o substitutivo feito por ele para uma análise mais aprofundada, após audiência pública realizada nesta quarta-feira (1º) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os participantes do debate manifestaram-se contrários ao substitutivo por considerarem que prejudica o direito dos trabalhadores a um ambiente de trabalho saudável e sem riscos de acidentes.

O PLS 220/2014 é do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta altera o artigo 161 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-

Lei 5.452/1943) para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes. Os participantes da audiência criticaram vários aspectos do substitutivo de Pimentel. Entre eles, a retirada da competência do auditor fiscal do trabalho de embargar e interditar serviços e a proposta de realizar termo de compromisso entre empregadores e empregados para que cessem os riscos e regularidades identificadas.

Após ouvir as ponderações dos expositores e os argumentos dos senadores Paulo Paim, autor da proposta, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Regina Sousa (PT-PI), Pimentel decidiu retirar o substitutivo para nova análise, mas adiantou que não aceitará nada que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha julgado inconstitucional. Esse argumento foi utilizado por Pimentel no relatório para justificar várias mudanças.

- O diálogo, a mediação, os compromissos é o melhor resultado. Insisto nesse ponto. E é por isso que eu tenho divergência em grande parte desse projeto de lei. Primeiro, porque ele não respeita o acúmulo que temos e a legislação existente. É como se nós partíssemos do zero. Não é assim a vida – afirmou.

Paim defendeu veementemente o projeto, afirmando que a proposta apenas melhora a CLT para diminuir o número de acidentes de trabalho, que ultrapassa 700 mil por ano no Brasil.

Fonte: Agência Senado



Bancos fecham 4.553 postos de trabalho de janeiro a abril

Pesquisa divulgada) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta fechamento de 4.553 postos de trabalho nos quatro primeiros meses de 2016 no setor bancário. No estado de São Paulo foi fechado o maior número (2.508, 55,1% do total), seguido do Rio de Janeiro (862, 19%). O levantamento é feito com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Foram 7.491 admissões com carteira assinada e 12.044 demissões nos primeiros quatro meses do ano.

Os chamados bancos múltiplos, com carteira comercial, segmento que engloba instituições como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC e Banco do Brasil, juntamente com a Caixa Econômica Federal, foram os principais responsáveis pelo saldo negativo, fechando 3.254 vagas. Apenas a Caixa eliminou 1.318.



Segundo o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, mesmo fazendo parte do setor que mais lucrano país, os bancos seguem demitindo. "Mesmo com lucros estrondosos, o sistema financeiro continua com a onda de demissões. Estão se reestruturando de olhos voltados para um consumidor de serviços bancários de perfil mais virtualizado. A utilização de agências, autoatendimento e call center para transações bancárias vem perdendo para a internet e o celular, e o emprego paga o pato. Os bancos fogem quando o assunto é responsabilidade social", afirma.

Mais uma vez, a pesquisa mostra que o salário de admissão é menor que a de quem deixou ou perdeu o emprego. Os 7.491 contratados nos quatro primeiros meses de 2016 tinham remuneração média de R\$ 3.606,30, enquanto os demitidos recebiam R\$ 6.676,47. Uma diferença, para menos, de 54%.

No recorte por idade, na faixa de até 24 anos o saldo é positivo, com 1.751 vagas a mais. Dos 25 anos em diante, foram cortados 6.304 postos de trabalho.

Fonte: Rede Brasil Atual

TRT10 terá expediente reduzido para diminuição de gastos

A partir do próximo dia 6 de junho (segunda-feira), as unidades jurisdicionais e administrativas da Justiça do Trabalho do Distrito Federal e do Tocantins funcionarão em novo expediente: das 7h às 17h, de segunda a sexta-

feira, com atendimento ao público das 10h às 16h. O novo horário foi aprovado na última Sessão Plenária Administrativa realizada nesta terça-feira (31) e será executado em caráter experimental por 90 dias.

O intuito é diminuir as despesas de custeio e adequar as rotinas operacionais ao cenário orçamentário deste ano, que sofreu corte de 35%.

Fonte: TRT 10ª Região

Novas súmulas do TST: multa do art. 477 da CLT no reconhecimento de vínculo e outras

O TST apresentou três novas súmulas para tratar a respeito de importantes situações que envolve o ônus da prova do empregador e a possibilidade de impor multa no caso de reclamação trabalhista ajuizada para fins de reconhecimento de vínculo de emprego.

Apesar de, na prática, os juízes trabalhistas já exigirem a comprovação pelo empregador o fornecimento do vale-transporte, ou a justificativa para dispensa do benefício nos casos de não atendimento dos requisitos para a concessão, o Tribunal Superior editou a Súmula 460 para atestar que o ônus da prova de que o empregado atende ou não aos requisitos para pagamento do vale-transporte ou de que o empregado não deseja receber o benefício é do empregador.

De acordo com a Súmula 461, o TST também impôs ao empregador o ônus da prova para fins de demonstrar a regularidade dos



depósitos fundiários, ou seja, não precisa mais o empregado buscar meios de provas acerca da ausência de depósitos do FGTS, como requerer uma certidão na Caixa Econômica Federal, ou retirar extratos para conferência do pagamento. A responsabilidade de provar o recolhimento fundiário é do empregador.

Uma boa notícia agora é para os trabalhadores que precisam buscar na Justiça do Trabalho o reconhecimento do vínculo empregatício: Súmula 462. Se na reclamação trabalhista houver a comprovação do vínculo de emprego, com a condenação ao pagamento das verbas rescisórias, o empregador deverá pagar multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, que antes da nova súmula, não era deferida na ação, pois somente era aplicada quando havia atraso no pagamento da rescisão do contrato regular.

Segundo o novo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o simples fato de a relação de emprego ter sido reconhecida perante o Juízo não afasta, por si só, a multa do art. 477, § 8º, da CLT, no valor equivalente ao salário do empregado.

Confira abaixo as novas Súmulas do TST:

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou, na segunda-feira (30/5), a Resolução 209/2016, que edita três novas súmulas e altera diversos outros itens de sua jurisprudência. Os novos verbetes tratam de ônus da prova para obtenção de vale-transporte e da regularidade do depósito do FGTS e da incidência de multas em caso de reconhecimento de vínculo por decisão judicial.

As alterações de súmulas e orientações jurisprudenciais decorrem da necessidade de

adequação ao novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março deste ano.

Novas súmulas

Súmula 460. Vale-transporte. Ônus da prova. É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.

Súmula 461. FGTS. Diferenças. Recolhimento. Ônus da prova.

É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC de 2015).

Súmula 462. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Incidência. Reconhecimento judicial da relação de emprego.

A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. A referida multa não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)